

**CAMPUS CACOAL**  
**LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**DHEYCI KELY SANTOS SILVA**

**OS POSSÍVEIS IMPACTOS EDUCACIONAIS DECORRENTES DO NOVO  
ENSINO MÉDIO NO ENSINO DA GEOGRAFIA NO BRASIL**

**CACOAL-RO**  
**2025**

**DHEYCI KELY SANTOS SILVA**

**OS POSSÍVEIS IMPACTOS EDUCACIONAIS DECORRENTES DO NOVO  
ENSINO MÉDIO NO ENSINO DA GEOGRAFIA NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia à Coordenação de Curso de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, *Campus* Cacoal.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.  
Edione Teixeira de  
Carvalho.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Silva, Dheyci Kely Santos.

Os possíveis impactos educacionais decorrentes do Novo Ensino Médio no ensino da Geografia no Brasil / Dheyci Kely Santos Silva. - Cacoal, 2025.

34 f.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Edione Teixeira de Carvalho.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Cacoal, 2025.

1. Novo Ensino Médio. 2. Geografia. 3. Reforma educacional. 4. Carga horária. 5. Itinerários formativos. I. Carvalho, Edione Teixeira de (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

**Bibliotecário(a) Responsável:** Roseni Santos Rodrigues, CRB-11/916


## FOLHA DE APROVAÇÃO

Dheyci Kely Santos Silva

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Rondônia- Campus Cacoal, como requisito parcial à obtenção do certificado de conclusão de curso.


Aprovado em: 26 / 09 / 2025

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente  
 **EDIONE TEIXEIRA DE CARVALHO**  
Data: 26/10/2025 23:05:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof(a). Dra. Edione Teixeira de Carvalho (orientador) Instituto  
Federal de Rondônia – Campus Cacoal

Documento assinado digitalmente  
 **AYRTON SCHUPP PINHEIRO OLIVEIRA**  
Data: 28/10/2025 22:26:54-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Me. Ayrton Schupp Pinheiro Oliveira (1º examinador)  
Instituto Federal de Rondônia – campus Cacoal

Documento assinado digitalmente  
 **DIEGO MATIAS ESCOBAR**  
Data: 27/10/2025 07:25:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Me. Diego Matias Escobar (2º examinador) Instituto  
Federal de Mato Grosso

Dedico este trabalho á Deus, aos meus familiares e aos amigos que me apoiaram nessa caminhada.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer primeiramente a Deus que me deu força para chegar na reta final.

A minha família, que me apoiou e incentivou durante todo o processo.

A todos os meus amigos pela força e apoio que me deram no decorrer do trabalho.

A Universidade Federal de Rondônia – Campus Cacoal, ao corpo docente, administração e direção que me deram a oportunidade de ingressar no ensino superior.

A minha orientadora, a prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edione Teixeira de Carvalho que me orientou durante todo o trabalho.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação.

“A vitalidade é demonstrada não apenas pela persistência, mas pela capacidade de começar de novo.”  
(F. Scott Fitzgerald)

## RESUMO

Alvo de uma profunda reestruturação curricular, o Novo Ensino Médio (NEM), estabelecido pela Lei nº 13.415/2017, trouxe com ênfase na flexibilização, maior carga horária e a implementação dos itinerários formativos. Embora tenha sido proposto como uma inovação, a reforma tem gerado controvérsias, especialmente em relação ao ensino de disciplinas fundamentais como a Geografia. Esta pesquisa visa analisar os impactos da implementação do NEM no ensino da Geografia, explorando as modificações na carga horária, na obrigatoriedade da disciplina e na organização curricular, com foco na formação crítica e cidadã dos estudantes. Através de uma análise bibliográfica e uma reflexão crítica sobre documentos oficiais, o trabalho investiga os efeitos positivos e negativos da reforma e discute se ela promoveu uma melhoria na qualidade da educação ou se contribuiu para o esvaziamento do ensino da Geografia. A análise se baseia na revisão da literatura, estudos acadêmicos e relatórios técnicos de especialistas e organizações educacionais. A pesquisa destaca a necessidade de uma valorização da Geografia enquanto disciplina essencial para a formação de cidadãos críticos, capazes de compreender e agir sobre as questões socioespaciais, ambientais e econômicas.

**Palavras-chave:** Novo Ensino Médio; Geografia; Reforma educacional; Carga horária; Itinerários formativos; Formação crítica.

## **ABSTRACT**

Targeted by a profound curricular restructuring, the New Middle Education (NME), established by Law No. 13,415/2017, brought an emphasis on flexibility, an increased workload, and the implementation of formative pathways. Although proposed as an innovation, the reform has generated controversies, especially regarding the teaching of fundamental subjects such as Geography. This research aims to analyze the impacts of the implementation of the NME on Geography education, exploring the changes in workload, the mandatory nature of the subject, and the curricular organization, focusing on the critical and citizenship formation of students. Through bibliographic analysis and a critical reflection on official documents, the work investigates the positive and negative effects of the reform and discusses whether it has promoted an improvement in educational quality or contributed to the dilution of Geography teaching. The analysis is based on literature review, academic studies, and technical reports from experts and educational organizations. The research highlights the need for a valorization of Geography as an essential discipline for the education of critical citizens, capable of understanding and acting on socio-spatial, environmental, and economic issues.

**Keywords:** New Middle Education; Geography; Educational reform; Course workload; Educational itineraries; Critical education.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. O ENSINO DE GEOGRAFIA ANTES DO NOVO ENSINO MÉDIO .....</b>	<b>13</b>
2.1. As mudanças introduzidas pelo Novo Ensino Médio e a Geografia.....	15
2.2 Impactos positivos e inovações potenciais para melhoria da qualidade do ensino	
17	
2.3 Impactos negativos e as críticas ao Novo Ensino Médio na Geografia.....	19
2.4 O debate sobre a revisão do novo ensino médio e a perspectiva para 2025.....	22
2.5 Aplicação do novo ensino médio em 2025: avanços e desafios.....	25
<b>3. REFLEXÃO ANALÍTICA E COMPARATIVA.....</b>	<b>26</b>
3.1 Análise comparativa detalhada.....	26
3.2 Síntese dos principais impactos negativos.....	27
3.3 Argumentação sobre a necessidade de um novo modelo .....	28
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>30</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>32</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Novo Ensino Médio (NEM), foi implementado a partir da promulgação da Lei nº 13.415/2017 e marcou uma das reformas educacionais mais profundas das últimas décadas no Brasil. Com base no discurso de modernização, flexibilização e protagonismo juvenil, a proposta visava reestruturar o ensino médio, reorganizando a carga horária, os componentes curriculares e a forma como o conhecimento é ofertado nas escolas públicas e privadas. No entanto, sua aplicação tem gerado polêmicas, sobretudo em relação às áreas de conhecimento tradicionalmente ligadas à formação crítica dos estudantes, como é o caso da Geografia.

Em destaque nessa pesquisa, a Geografia enquanto disciplina que promove a compreensão do espaço geográfico, das dinâmicas sociais, ambientais e econômicas, tem ocupado historicamente um papel fundamental na formação cidadã dos estudantes. Com o Novo Ensino Médio, muitos especialistas e entidades da área apontam para um processo de enfraquecimento dessa disciplina (ANPEd, 2023a; Cavalcanti & Carvalho, 2023) tanto pela redução de sua carga horária quanto pela sua diluição nos itinerários formativos e na área de Ciências Humanas.

Diante das polêmicas na sociedade em torno das alterações na grade curricular, destacou-se a relevância de uma pesquisa nacional que percorreu o país para ouvir professores, estudantes e demais profissionais da educação. O estudo evidenciou a urgência do debate público sobre as consequências reais da reforma, sobretudo diante das mobilizações que apontaram falhas estruturais na proposta e demandaram sua revisão. A compreensão dos impactos sobre a Geografia é parte fundamental dessa análise, já que esta disciplina articula saberes essenciais para a leitura crítica do mundo, para a compreensão das desigualdades e para a atuação cidadã.

A reforma do Ensino Médio ocorre em um contexto de transformações políticas e econômicas no país quando a educação é frequentemente colocada a serviço da empregabilidade e do empreendedorismo, muitas vezes em detrimento de uma formação integral. Nesse cenário, a hipótese que norteia esta

reflexão é a de que os impactos negativos da implementação do Novo Ensino Médio sobre a disciplina de Geografia superam os aspectos positivos, contribuindo para a descaracterização do ensino geográfico e apontando para a necessidade de um novo modelo que valorize o conhecimento crítico e contextualizado.

Ao longo dessa pesquisa, foi realizada uma revisão detalhada da literatura acadêmica e de documentos oficiais, incluindo legislações, diretrizes curriculares, artigos científicos e relatórios técnicos. Alguns materiais utilizados foram: Vesentini (2008), Cavalcanti (2002), Castellar (2010), Callai (2005), Silva e Portela (2021), Menezes (2020), Morin (2000), Apple (2005) e documentos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Com isso, pretende-se contribuir para o debate sobre os rumos do Ensino Médio no Brasil e, mais especificamente, para a valorização do ensino de Geografia como elemento essencial na formação de sujeitos críticos e conscientes.

Assim, este estudo tem como objetivo central realizar um levantamento bibliográfico e uma análise crítica dos impactos do Novo Ensino Médio na disciplina de Geografia. Portanto, busca-se, por meio desta investigação, analisar criticamente os impactos no ensino da Geografia e se os argumentos que embasam a reforma são sustentáveis na prática escolar. A partir disso, será possível avaliar se a reforma promoveu de fato uma melhoria na qualidade da educação ou se contribuiu para um esvaziamento do conteúdo e da função social da Geografia.

## 2. O ENSINO DE GEOGRAFIA ANTES DO NOVO ENSINO MÉDIO

Em sua trajetória, a disciplina de Geografia ocupou um papel importante no currículo do ensino médio brasileiro, especialmente no que se refere à formação crítica dos estudantes. Antes da implementação do Novo Ensino Médio (NEM), o ensino da disciplina era orientado por documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNs), os quais enfatizavam a formação integral, o pensamento crítico e a compreensão dos processos socioespaciais.

A Geografia escolar sempre foi entendida como uma ciência que, além de fornecer conhecimentos sobre o espaço físico e suas dinâmicas, contribui para a leitura crítica da realidade social, política e ambiental.

A presente pesquisa caracteriza-se como uma análise bibliográfica e documental de caráter qualitativo e crítico. A seleção das referências teóricas partiu de critérios que privilegiaram autores e obras de relevância consolidada na área de ensino de Geografia, bem como documentos oficiais que orientam as políticas educacionais brasileiras. Foram priorizados textos que abordam a relação entre currículo, espaço geográfico, formação crítica dos sujeitos e reformas educacionais recentes.

A análise bibliográfica contemplou autores como Vesentini (2008), Cavalcanti (2002; 2008), Castellar (2010), Callai (2005), entre outros, que discutem fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Geografia e sua inserção no currículo escolar. Além disso, foram examinados documentos normativos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei nº 13.415/2017, que institui o Novo Ensino Médio (NEM).

Para estruturar a reflexão crítica, foi elaborada uma matriz de análise composta por três eixos: (1) fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Geografia; (2) orientações curriculares e políticas educacionais; e (3) implicações pedagógicas para a formação de sujeitos críticos. Essa matriz orientou a leitura,

sistematização e interpretação dos textos, possibilitando identificar convergências, tensões e lacunas entre a produção acadêmica e as políticas oficiais.

Mais do que reproduzir as ideias presentes na literatura, a pesquisa buscou dialogar com essas contribuições a partir de uma perspectiva própria, situando criticamente os debates sobre a reforma do Ensino Médio e a valorização do ensino de Geografia. Desse modo, a “voz” da pesquisadora se manifesta na articulação entre os referenciais teóricos e documentais e na construção de uma leitura acadêmica e pedagógica que evidencia os impactos das mudanças curriculares sobre a área.

No modelo anterior à reforma, a Geografia era ofertada como disciplina obrigatória ao longo das três séries do ensino médio, o que assegurava uma abordagem contínua e progressiva dos conteúdos. A matriz curricular estabelecida pela LDB (Lei nº 9.394/1996) garantia a presença da disciplina como componente essencial da área de Ciências Humanas, promovendo a articulação entre o conhecimento geográfico e os direitos de cidadania.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2012) reforçavam esse papel ao defenderem a indissociabilidade entre conteúdos, competências e habilidades e ao apontarem a importância da Geografia para a compreensão da realidade brasileira e mundial. Nessa perspectiva, o ensino da disciplina deveria promover a formação de sujeitos capazes de atuar criticamente na sociedade, compreender os desafios ambientais e sociais e participar das decisões coletivas.

Além disso, a atuação docente era pautada por referenciais sólidos, com obras de referência como as de Castellar (2010) e Callai (2005), que discutem a necessidade de um ensino de Geografia que vá além da simples memorização de conteúdos, propondo práticas pedagógicas que estimulem a reflexão crítica, o trabalho com diferentes linguagens (cartográfica, textual, visual), a pesquisa e a problematização do espaço vivido. Segundo Callai:

“O ensino da Geografia deve estar comprometido com a realidade vivida pelos sujeitos, permitindo que eles compreendam o lugar onde vivem como parte de processos históricos, sociais e naturais mais amplos. Ensinar Geografia é ajudar o estudante a perceber-se no

“mundo e a agir sobre ele, e não apenas decorar nomes e localizações.”  
(Callai, 2005, p. 45).

Outro ponto importante do período anterior ao NEM foi a valorização da Geografia como campo do conhecimento específico, com identidade própria e objetivos claros. Isso se refletia na formação inicial e continuada dos professores, na produção de materiais didáticos específicos e na realização de projetos interdisciplinares em que a Geografia era um dos pilares, e não um componente acessório.

Portanto, o ensino de Geografia antes do Novo Ensino Médio, embora enfrentasse desafios como desigualdades regionais, precarização das condições de trabalho e carência de recursos didáticos, dispunha de uma base legal, epistemológica e pedagógica que reconhecia sua importância na formação dos estudantes. A proposta de reforma, ao flexibilizar o currículo e reduzir a obrigatoriedade de componentes específicos, acendeu um alerta sobre o futuro da disciplina, como será discutido nos próximos subtópicos.

## **2.1. As mudanças introduzidas pelo Novo Ensino Médio e a Geografia**

Referente às mudanças, a Lei nº 13.415/2017 que instituiu o Novo Ensino Médio, representou uma inflexão significativa na estrutura do currículo brasileiro. Inspirada por modelos internacionais e por pressões de setores empresariais e multilaterais, a reforma teve como principais pilares: o aumento da carga horária total, a flexibilização do currículo por meio dos Itinerários Formativos, e a reconfiguração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino médio.

Com essas alterações, a organização do currículo passou a dividir-se entre uma formação geral básica — correspondente à BNCC — e os Itinerários Formativos, que são trilhas de aprofundamento escolhidas pelos estudantes, em uma das cinco áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional). Nesse novo arranjo, a obrigatoriedade de componentes curriculares específicos, como

Geografia, deixou de existir em parte da carga horária, comprometendo sua presença contínua e sistematizada nos três anos do ensino médio.

A Base Nacional Comum Curricular, homologada em 2018 para o Ensino Médio, propôs uma abordagem por competências e habilidades, dissolvendo os componentes disciplinares em áreas integradas do conhecimento. No caso da Geografia, isso implicou sua inserção dentro da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, ao lado de História, Filosofia e Sociologia. Essa integração, embora possa ser vista como uma oportunidade para a interdisciplinaridade, tem sido criticada por muitos educadores e pesquisadores, que observam a perda da especificidade e da identidade da Geografia enquanto disciplina autônoma.

De acordo com Silva e Portela (2021), a forma como a Geografia foi tratada na BNCC não garante a profundidade e continuidade dos conteúdos essenciais à formação crítica do estudante, como questões territoriais, ambientais, geopolíticas e econômicas. A proposta curricular torna-se excessivamente genérica, e a abordagem das competências tende a esvaziar conteúdos estruturantes, substituindo-os por temas amplos e superficiais.

Outro aspecto relevante é a implementação dos Itinerários Formativos, que, na prática, tem variado amplamente entre redes estaduais. Em muitos casos, a ausência de infraestrutura, formação adequada de professores e materiais específicos dificultou a construção de percursos formativos coerentes com as necessidades dos estudantes e com os princípios do ensino crítico da Geografia. Além disso, conforme apontam relatórios da Associação dos Geógrafos Brasileiros, os itinerários frequentemente priorizam áreas mais “vendáveis” ou técnicas, em detrimento das Ciências Humanas.

A flexibilização curricular, proposta como forma de dar mais liberdade e protagonismo aos jovens, tem se chocado com a realidade das escolas públicas brasileiras, onde muitas vezes há apenas um itinerário disponível, sem a presença da Geografia como eixo estruturante. Como observa Menezes (2020), essa lógica aprofunda desigualdades educacionais, pois os estudantes de regiões menos favorecidas acabam recebendo uma formação mais limitada, com menor contato com os conhecimentos geográficos fundamentais para compreender sua realidade local e global.

Adicionalmente, a BNCC apresenta contradições internas: ao mesmo tempo em que afirma valorizar a formação integral, crítica e cidadã dos estudantes, orienta o currículo para o desenvolvimento de competências alinhadas ao mercado de trabalho e à lógica da produtividade. A Geografia, enquanto ciência voltada à análise crítica do espaço e das relações de poder, sofre com esse direcionamento mais pragmático, que muitas vezes desvaloriza o pensamento teórico e a formação reflexiva.

“A proposta curricular da BNCC, ao priorizar competências genéricas e dissolver as disciplinas em áreas amplas, fragiliza o ensino de conteúdos fundamentais. A Geografia, neste cenário, perde sua força enquanto campo do saber e passa a ser apenas um tema abordado superficialmente, sem aprofundamento metodológico nem rigor conceitual.” (Silva; Portela, 2021, p. 119)

Dessa forma, as mudanças introduzidas pelo Novo Ensino Médio impactaram diretamente o ensino da Geografia, não apenas pela redução de sua presença obrigatória, mas também pela mudança de enfoque epistemológico e pedagógico. A disciplina passa a ocupar uma posição marginal em muitas propostas curriculares e seu papel formativo é colocado em segundo plano diante de uma formação voltada à “empregabilidade”.

Diante disso, faz-se necessário uma análise aprofundada dos impactos positivos que a reforma poderia trazer, bem como das críticas e evidências sobre seus efeitos negativos, com ênfase especial no esvaziamento do ensino de Geografia e na perda de sua função social.

## **2.2 Impactos positivos e inovações potenciais para melhoria da qualidade do ensino**

As críticas são intensas quanto à implementação do Novo Ensino Médio, no entanto é necessário reconhecer que a proposta de reforma curricular também apresentou intenções positivas e inovações potenciais que, em teoria, poderiam contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, inclusive da Geografia. Entre esses aspectos destacam-se a valorização da

interdisciplinaridade, o incentivo à autonomia das escolas e o protagonismo juvenil na escolha dos percursos formativos.

A proposta de itinerários formativos, por exemplo, abre a possibilidade de que a Geografia seja trabalhada de forma mais conectada com outras disciplinas, permitindo o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que articulem temas ambientais, urbanos, políticos e econômicos. Segundo Morin (2000), o conhecimento moderno deve ser construído a partir da articulação entre saberes, superando a compartimentalização do ensino tradicional. Sob esse ponto de vista, o NEM buscaria romper com uma estrutura rígida e permitir novas abordagens didáticas.

Outro aspecto promissor é a ampliação da carga horária mínima anual, que passou de 800 horas para 1.000 horas, com perspectiva de alcançar 1.400 horas nos próximos anos. Esse aumento, caso acompanhado de planejamento pedagógico adequado, poderia favorecer o aprofundamento de conteúdos e o desenvolvimento de habilidades cognitivas mais complexas, inclusive aquelas vinculadas ao raciocínio espacial, à análise crítica de dados e à leitura de fenômenos geográficos.

Além disso, o NEM propõe maior flexibilidade curricular, permitindo que as redes de ensino adaptem os itinerários de acordo com a realidade local. Em regiões onde há tradição em educação ambiental, por exemplo, a Geografia poderia ganhar destaque nos projetos pedagógicos. Essa contextualização territorial é, inclusive, um princípio valorizado por autores da área como Callai (2005) e Cavalcanti (2008), que defendem o ensino da Geografia a partir da realidade vivida pelos estudantes.

No entanto, tais potencialidades encontram sérias limitações em sua efetivação prática, especialmente nas redes públicas. Estudos de caso e levantamentos realizados em estados como São Paulo, Pará e Bahia, conforme apontado por Silva & Portela (2021), revelam que, em muitos contextos, os itinerários formativos foram implementados de forma apressada, com escassez de materiais, ausência de formação específica e sem participação ativa das comunidades escolares.

Além disso, a interdisciplinaridade proposta pelo NEM muitas vezes tem se traduzido em abordagens superficiais e desconectadas, sem planejamento coletivo entre os docentes. A falta de clareza na estruturação dos itinerários resulta em uma prática pedagógica que, longe de aprofundar os saberes, acaba promovendo atividades genéricas, com pouca densidade teórica.

Essa "autonomia", sem a contrapartida de investimentos e condições equânimes, acaba por aprofundar as disparidades existentes e por sua vez, é muitas vezes limitada por fatores estruturais: ausência de infraestrutura adequada, carência de recursos pedagógicos e escassez de profissionais com formação múltipla. Com isso, o ideal de flexibilização e personalização dos percursos formativos é confrontado com a realidade da desigualdade educacional no país.

Ainda que o protagonismo juvenil seja um ponto importante no discurso da reforma, é necessário questionar até que ponto os estudantes têm, de fato, liberdade de escolha. Em muitas escolas públicas, especialmente em regiões periféricas, há apenas um itinerário disponível, o que compromete o ideal de personalização e reduz a Geografia a uma disciplina opcional, ou mesmo ausente.

Dessa forma, embora o Novo Ensino Médio tenha potencial teórico para oferecer inovações positivas ao ensino da Geografia, sua implementação falha em garantir condições reais para que essas possibilidades se concretizem. Os impactos positivos esperados são, até o momento, mais discurso que prática, e sua efetividade está condicionada a uma série de fatores que ainda não foram devidamente superados.

### **2.3 Impactos negativos e as críticas ao Novo Ensino Médio na Geografia**

Toda mudança gera desconfiança, e não foi diferente com a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) que tem sido alvo de fortes críticas por parte de pesquisadores, docentes, estudantes e entidades educacionais, especialmente no que diz respeito às consequências para a disciplina de

Geografia (Cavalcanti, 2008; ANPEd, 2023; Pellanda, 2023). As promessas de inovação e flexibilização revelaram, na prática, um cenário de precarização curricular, esvaziamento dos saberes científicos e aumento das desigualdades educacionais — elementos que afetam diretamente a qualidade e a presença do ensino de Geografia nas escolas (Neves, 2023; Cavalcanti, 2008; Carvalho, 2023).

Entre as críticas, as principais referem-se à redução da carga horária da Geografia na formação geral básica. Ao contrário do modelo anterior, em que a disciplina era obrigatória durante os três anos do ensino médio, o novo formato permite que a matéria seja trabalhada apenas de forma transversal ou mesmo seja excluída do currículo, dependendo da forma como os itinerários formativos são organizados por cada rede de ensino. Esse rebaixamento compromete a continuidade e a progressão dos conteúdos, prejudicando a consolidação de conceitos fundamentais para a compreensão do espaço geográfico e das dinâmicas socioambientais.

Segundo a Associação dos Geógrafos Brasileiros (2022), muitos estudantes da rede pública estão concluindo o ensino médio sem contato com conhecimentos básicos sobre geopolítica, cartografia, clima, urbanização ou globalização — temas centrais para a formação crítica do cidadão. Além disso, há evidências de que a Geografia tem sido substituída por disciplinas de nomenclatura genérica, como “Projeto de Vida”, “Cidadania e Mundo Contemporâneo” ou “Mundo do Trabalho”, que, embora importantes, muitas vezes não têm fundamentação teórica clara nem são ministradas por docentes da área.

Outro ponto problemático é a diluição da identidade da disciplina no interior da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A ideia de interdisciplinaridade, sem critérios claros de articulação entre os saberes, tem levado à perda de especificidade da Geografia, dificultando o aprofundamento conceitual e metodológico. Como aponta Cavalcanti (2002),

“Sem a presença da Geografia como ciência escolar, o estudante deixa de desenvolver habilidades de leitura espacial e análise crítica do território. A fragmentação curricular impede que se compreenda o espaço como construção social e política, fundamental à cidadania.” (Cavalcanti, 2002, p. 87).

A formação docente também enfrenta desafios. A rápida implementação do NEM não foi acompanhada de formação continuada adequada para que os professores de Geografia se preparassem para os novos formatos de ensino. Em muitos casos, docentes foram alocados em componentes fora de sua área de formação, afetando a qualidade das aulas e gerando insegurança profissional. Relatos de professores em diferentes estados (Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, entre outros) indicam que as mudanças foram impostas de forma verticalizada, sem escuta ou diálogo com a base (ANPEd, 2023b; Pellanda, 2023; Neves, 2023).

Além disso, a ausência de critérios claros de avaliação nos itinerários formativos gera dificuldades na mensuração da aprendizagem e na própria organização do trabalho pedagógico. A avaliação da Geografia, antes pautada por objetivos específicos e descritores de aprendizagem, passou a depender da forma como os conteúdos são agregados nos projetos interdisciplinares, o que pode comprometer a visibilidade dos avanços e lacunas dos estudantes.

“Em diversas redes estaduais, a Geografia foi excluída ou substituída por componentes genéricos, sem conteúdo programático consistente. Isso resulta em uma geração de estudantes que termina o ensino médio sem compreender fenômenos essenciais como globalização, mudanças climáticas ou conflitos geopolíticos.” (AGB, 2022, p. 7)

As consequências desse processo são sentidas, principalmente, na rede pública. A desigualdade entre escolas é aprofundada, pois instituições com maior infraestrutura e autonomia curricular conseguem ofertar itinerários mais completos, enquanto a maioria das escolas periféricas oferece apenas um itinerário genérico, muitas vezes desarticulado das necessidades formativas dos alunos. Como consequência, estudantes de contextos mais vulneráveis têm acesso reduzido a disciplinas fundamentais, como Geografia, enquanto os de escolas privadas ou técnicas continuam recebendo uma formação ampla e estruturada.

Por fim, é importante destacar que os impactos negativos não se limitam ao ensino da Geografia como disciplina, mas atingem a própria concepção de

educação. A substituição de uma formação crítica e humanística por um currículo técnico e utilitarista ameaça a função social da escola pública. Como alertam Apple (2005) e Gentili (2018a), reformas orientadas pela lógica do mercado tendem a enfraquecer os pilares da educação democrática, comprometendo o direito ao conhecimento e à cidadania plena.

“A lógica neoliberal transforma as escolas em instrumentos de adestramento técnico, voltados para a adaptação dos jovens ao mercado, e não para a transformação crítica da sociedade. A educação perde seu caráter público e democrático.” (Apple, 2005, p. 112)

Diante desse cenário, é urgente uma revisão das diretrizes do NEM que leve em conta as especificidades das disciplinas, como a Geografia, e as condições reais das redes públicas. A valorização do ensino geográfico é condição essencial para garantir uma formação escolar que permita ao estudante compreender o mundo em que vive e atuar de forma consciente e crítica.

## **2.4 O debate sobre a revisão do novo ensino médio e a perspectiva para 2025**

Desde os primeiros anos de sua implementação, o Novo Ensino Médio tem gerado divergências profundas no cenário educacional brasileiro. O modelo, apresentado como uma modernização necessária, passou a ser alvo de crescentes críticas por parte de professores, estudantes, pesquisadores, universidades e movimentos sociais, culminando em um processo de revisão legislativa e normativa que tem como marco o ano de 2025. Nesse contexto, torna-se essencial refletir sobre os rumos possíveis da disciplina de Geografia dentro dessa revisão.

A mobilização social contra os efeitos negativos do NEM ganhou força especialmente a partir de 2022 e 2023, quando relatos de precarização do ensino, desvalorização das disciplinas das Ciências Humanas e aumento das desigualdades educacionais começaram a ser amplamente divulgados (Pellanda, 2023; ANPEd, 2023). A partir de 2023, manifestações estudantis e

paralisações docentes passaram a denunciar o esvaziamento da formação crítica, especialmente nas escolas públicas, onde os itinerários formativos foram implantados com carência de recursos e sem planejamento pedagógico (Neves, 2023).

Organizações como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a Associação Nacional de Ensino de Geografia (ANEGEPE) e a própria AGB passaram a produzir documentos técnicos apontando os retrocessos da reforma, em especial quanto à Geografia (ANPEd, 2023; AGB, 2020). As críticas foram levadas ao Ministério da Educação (MEC), que iniciou em 2023 um processo de consulta pública nacional para revisar o modelo (Brasil, 2023).

Em resposta, o MEC apresentou uma nova proposta em 2024, sugerindo alterações importantes no NEM, entre elas:

- O retorno da obrigatoriedade das disciplinas específicas no núcleo comum, incluindo Geografia;
- A redução da carga horária dos itinerários formativos para que haja maior equilíbrio entre formação geral e aprofundamento;
- A reformulação dos próprios itinerários, com ênfase em áreas integradas, porém com base disciplinar sólida;
- Maior padronização nacional para garantir que todos os estudantes tenham acesso mínimo aos conteúdos essenciais.

Segundo a proposta preliminar do MEC (Brasil, 2024b), a partir de 2025 o ensino de Geografia já deveria ser retomado como componente obrigatório ao longo de todo o Ensino Médio, e de fato retomou-se; o que representa um avanço significativo frente ao modelo atual. A intenção é garantir que o estudante tenha acesso ao conhecimento geográfico de forma contínua, articulada e crítica — retomando princípios já presentes nas DCNs anteriores à reforma.

Além disso, a perspectiva de revisão traz novas possibilidades pedagógicas. A Geografia poderá ser incluída de maneira mais consistente em projetos interdisciplinares, com enfoque em temas como mudanças climáticas, migrações, conflitos geopolíticos, desigualdades territoriais e sustentabilidade —

todos de alta relevância contemporânea. No entanto, especialistas alertam que essas mudanças só surtirão efeito se forem acompanhadas de políticas públicas estruturantes, como:

- Investimentos na formação continuada dos professores;
- Criação de material didático de qualidade para os novos formatos;
- Reorganização das matrizes curriculares estaduais;
- Fortalecimento da gestão democrática nas escolas.

Outra questão em debate é a avaliação da aprendizagem. No modelo atual, a fragmentação curricular e a ausência de indicadores específicos para cada componente dificultam o acompanhamento do processo formativo. A revisão propõe retomar parâmetros mais claros de avaliação por componente, o que beneficiaria diretamente a Geografia, garantindo que seus objetivos pedagógicos sejam efetivamente monitorados e valorizados.

A expectativa para 2025 é, portanto, a construção de um novo modelo de Ensino Médio mais equilibrado, crítico e inclusivo, no qual a Geografia volte a ocupar seu lugar estratégico na formação dos estudantes. Esse movimento de revisão representa não apenas uma correção de rumos, mas também uma oportunidade para revalorizar a educação como direito social, comprometida com a leitura crítica da realidade e com a formação de sujeitos capazes de intervir no mundo de forma consciente.

## **2.5 Aplicação do novo ensino médio em 2025: avanços e desafios**

A partir da promulgação da Lei nº 14.945/2024, o Novo Ensino Médio passou a ser oficialmente reestruturado em 2025, com alterações significativas na organização curricular. As mudanças começaram a ser implementadas nas turmas da 1ª série do Ensino Médio, com previsão de transição progressiva para os anos seguintes. Dentre as alterações mais relevantes está o aumento da carga horária destinada à Formação Geral Básica (FGB), que passou a ser, no

mínimo, de 2.400 horas ao longo dos três anos do ciclo, conforme diretrizes nacionais atualizadas. Essa medida visa recuperar o espaço das disciplinas tradicionais, entre elas a Geografia, que havia perdido protagonismo com os itinerários formativos da reforma anterior (2017–2024).

No entanto, apesar do novo marco legal, a aplicação prática das mudanças ainda enfrenta desigualdades significativas entre as redes estaduais. Em estados como Minas Gerais, observa-se uma implementação mais consistente, com aumento da carga horária para componentes curriculares como Geografia e a incorporação de projetos interdisciplinares que dialogam com a realidade socioespacial dos estudantes. Já em estados como São Paulo, mesmo com a nova legislação em vigor, a carga horária destinada à Geografia e às Ciências Humanas como um todo foi reduzida em até 35%, segundo levantamento publicado em veículos especializados (Basílio, 2025).

Além das divergências regionais, há também desafios estruturais que dificultam a efetivação da proposta em nível nacional. A falta de infraestrutura adequada, a carência de formação continuada para os docentes e o curto prazo de adaptação imposto às redes de ensino são obstáculos recorrentes apontados por especialistas. Ademais, o modelo de itinerários formativos, embora mantido com carga mínima de 600 horas, segue exigindo reformulações para evitar a fragmentação curricular e a perda de profundidade teórica nas áreas específicas do conhecimento.

Portanto, ainda que o ano de 2025 represente um marco importante na tentativa de reequilibrar o currículo e revalorizar a Geografia como componente estruturante da formação básica, os efeitos práticos dessas mudanças ainda são incertos e variam amplamente conforme o contexto local. O sucesso da reforma dependerá da continuidade de investimentos, de políticas públicas integradas e do compromisso das redes estaduais em garantir um currículo que promova uma formação crítica, contextualizada e socialmente relevante.

### 3. REFLEXÃO ANALÍTICA E COMPARATIVA

#### 3.1 Análise comparativa detalhada

Para compreender com mais clareza os efeitos da reforma do Ensino Médio sobre a Geografia, é necessário realizar uma comparação sistemática entre os períodos antes do NEM, durante sua implementação e as perspectivas para 2025, com base na proposta de revisão em andamento. O quadro 01 a seguir, sintetiza os principais elementos:

**Quadro 01** - Representação Gráfica dos Principais Impactos

Aspecto	Antes do NEM	Durante o NEM (2017–2024)	Perspectiva de 2025
<b>Carga Horária</b>	Média de 800h/ano, com presença contínua da Geografia	1.000h/ano, mas com redução da obrigatoriedade da Geografia nos itinerários	Proposta de manter 1.000–1.400h/ano, com revalorização da Geografia
<b>Obrigatoriedade da Geografia</b>	Disciplina obrigatória nos 3 anos	Apenas parcialmente garantida na Formação Geral Básica	Proposta de retorno da obrigatoriedade nos 3 anos
<b>Integração Curricular</b>	Disciplinas com identidade própria e articulação interdisciplinar pontual	Interdisciplinaridade ampla, mas desarticulada e sem foco disciplinar	Integração com base disciplinar clara e temas estruturantes
<b>Objetivos de Aprendizagem</b>	Desenvolver pensamento crítico e leitura socioespacial	Competências genéricas, com perda de profundidade teórica	Equilíbrio entre competências e conteúdos estruturados por componente
<b>Avaliação</b>	Baseada nos componentes curriculares e em descritores claros	Avaliação difusa nos itinerários; falta de critérios específicos	Retomada da avaliação por disciplina, com parâmetros nacionais mínimos

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

Essa comparação permite visualizar que o modelo anterior, embora tradicional, assegurava um espaço claro para a Geografia no currículo. Já a implementação do NEM comprometeu essa presença, diluindo a identidade da disciplina e dificultando a consolidação de uma formação crítica. A perspectiva

de 2025 aponta para uma tentativa de reequilíbrio entre inovação pedagógica e valorização dos saberes estruturantes.

### 3.2 Síntese dos principais impactos negativos

Com base na literatura analisada, foi possível sintetizar os principais impactos negativos do Novo Ensino Médio na disciplina de Geografia que será apresentado no infográfico abaixo:

**Figura 1** - Infográfico dos principais impactos negativos do novo ensino médio na disciplina de Geografia.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2025.

Esses impactos comprometem a formação dos estudantes não apenas do ponto de vista técnico, mas sobretudo, no que se refere à capacidade de compreender o espaço geográfico, analisar criticamente a sociedade e atuar de forma consciente no mundo.

### 3.3 Argumentação sobre a necessidade de um novo modelo

Diante dos dados, das análises e dos depoimentos de professores e pesquisadores, torna-se evidente que o modelo de Ensino Médio vigente não se mostrou efetivo para o ensino de Geografia. O que se observou foi um afastamento dos princípios de formação integral e crítica, substituídos por uma lógica fragmentada, muitas vezes voltada à produtividade e à formação técnica precária.

A literatura revisada — especialmente os textos de Cavalcanti (2008), Callai (2005), Apple (2005) e os documentos da AGB — aponta que a Geografia deve ocupar um lugar central no currículo por sua capacidade de articular questões ambientais, territoriais, econômicas e sociais em um quadro de análise crítico e cidadão.

“A Geografia escolar possibilita ao aluno perceber que o espaço é produto das relações sociais, e que nele se expressam desigualdades, conflitos e diferentes formas de apropriação da natureza. Sua função não é neutra: trata-se de uma ciência escolar com potencial de promover a leitura crítica do mundo.” (Cavalcanti, 2008, p. 92)

A proposta de revisão para 2025 representa, assim, uma oportunidade histórica de reconstruir um modelo de Ensino Médio mais coerente, inclusivo e formador. A volta da obrigatoriedade da Geografia, combinada com a valorização dos conteúdos estruturantes e uma interdisciplinaridade mais planejada, pode restaurar o equilíbrio necessário entre inovação e profundidade formativa.

Como educadora/pesquisadora, defendo que o novo modelo deve:

- Garantir a presença obrigatória da Geografia ao longo dos três anos;
- Reforçar a formação continuada dos professores, com foco na interdisciplinaridade crítica;
- Estimular projetos pedagógicos conectados ao território e à realidade dos estudantes;
- Estabelecer critérios de avaliação claros, que valorizem o pensamento geográfico.

Mais do que reverter os danos do NEM, a revisão de 2025 deve consolidar um modelo que valorize o papel transformador da Geografia na escola pública brasileira.

#### 4. CONCLUSÃO

A análise dos impactos do Novo Ensino Médio sobre a disciplina de Geografia revela um cenário complexo no qual as intenções reformistas de modernização e flexibilização curricular se confrontam com desafios significativos na sua implementação prática. Ao longo do trabalho, foi possível observar que, enquanto o modelo do NEM trouxe algumas potencialidades, como a possibilidade de interdisciplinaridade e autonomia escolar, os impactos negativos foram predominantes, comprometendo a qualidade do ensino de Geografia e a formação integral dos estudantes.

A redução da carga horária, a diluição da identidade da Geografia nos itinerários formativos, a precarização da formação docente e a ampliação das desigualdades educacionais são questões que emergem como principais problemas. Essas questões, analisadas com base em estudos acadêmicos e relatórios de entidades como a AGB e a ANPEd, mostram que o modelo atual não atende às necessidades formativas dos estudantes, especialmente em um contexto de desigualdade educacional crescente.

A revisão do NEM proposta para 2025 surge, assim, como uma oportunidade para corrigir esses rumos e devolver à Geografia seu papel de disciplina central na formação dos cidadãos críticos e conscientes. A proposta de reafirmar a obrigatoriedade da Geografia ao longo de todo o Ensino Médio, bem como de garantir uma articulação mais sólida e planejada entre as disciplinas, é uma medida essencial para que a reforma alcance os seus objetivos de promoção de um ensino de qualidade, equitativo e inclusivo.

Porém, a efetividade dessa revisão dependerá, em grande medida, da implementação de políticas públicas que garantam a formação contínua dos professores, a disponibilidade de materiais didáticos adequados, a equidade no acesso a recursos e a revisão dos critérios de avaliação, para que a Geografia volte a ser ensinada com profundidade e qualidade, respeitando suas especificidades e seu papel fundamental na formação do aluno.

Por fim, a necessidade de um novo modelo para o Ensino Médio é clara. O atual NEM falhou em proporcionar uma educação crítica e reflexiva, e a perspectiva de 2025 abre um caminho para reconstruir um sistema educacional mais justo e adequado às necessidades da sociedade brasileira. Para tanto, é fundamental que o ensino de Geografia seja resgatado como uma disciplina central, que articule saberes e práticas de maneira crítica, preparando os alunos para entenderem e intervir de forma consciente no mundo em que vivem.

Nesse cenário, algumas questões tornam-se fundamentais: como os futuros geógrafos-licenciados devem ser preparados para enfrentar os desafios educacionais e curriculares que se intensificarão nos próximos anos? Quais competências e abordagens pedagógicas deverão ser fortalecidas nos cursos de formação docente para que esses profissionais possam atuar de forma crítica, criativa e transformadora?

Além disso, abre-se espaço para novas investigações acadêmicas que aprofundem a análise sobre os impactos das reformas no ensino de Geografia, tanto nas práticas pedagógicas quanto nas políticas curriculares. Quais seriam os próximos passos da pesquisa nessa área? Como os diferentes atores educacionais — universidades, escolas, órgãos públicos e entidades científicas — podem colaborar para a construção de um currículo mais democrático e crítico?

Ao lançar essas perguntas, este trabalho busca não apenas apontar limites e desafios, mas também incentivar a continuidade de um debate coletivo e fundamentado sobre os rumos da educação geográfica no Brasil.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB). **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) – Manifestos e posicionamentos da comunidade geográfica brasileira.** [S.l.]: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2020. Disponível em: <https://agb.org.br/documentos-2/dcms/>. Acesso em: 20 agosto. 2025.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB). **Relatório sobre os impactos do Novo Ensino Médio na Geografia.** 2022. Disponível em: <https://www.agb.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd). **Relatório final sobre o Ensino Médio: o que as pesquisas têm a dizer?** Brasília: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2023a. Disponível em: <https://legado.anped.org.br/news/anped-entrega-ao-mec-relatorio-final-sobre-ensino-medio-partir-de-pesquisas-e-seminarios>. Acesso em: 22 agosto, 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd). **Nota pública: Em defesa de uma Política Nacional para o Ensino Médio respeitando os resultados da Consulta Pública sobre o Novo Ensino Médio.** Brasília: ANPEd, 2023b. Disponível em: <https://legado.anped.org.br/news/nota-publica-defende-politica-nacional-para-o-ensino-medio-pautada-pela-consulta-publica>. Acesso em: 22 agosto, 2025.

APPLE, Michael W. **Educação e poder.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BASÍLIO, Ana Luiza. Menos Sociologia, Filosofia e Geografia: Ciências Humanas perdem 35% da carga horária no Ensino Médio de SP. **Carta Capital**, São Paulo, 8 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/menos-sociologia-filosofia-e-geografia-ciencias-humanas-perdem-35-da-carga-horaria-no-ensino-medio-de-sp/> . Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília, DF:, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, DF, Conselho Nacional de Educação, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNs)**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf). Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Consulta Pública – Avaliação e Reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/mec-inicia-consolidacao-de-relatorio-sobre-consulta-publica>. Acesso em: 20 de agosto. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece a reforma do Ensino Médio e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.945, de 12 de junho de 2024. **Dispõe sobre a reformulação da Lei nº 13.415/2017 e estabelece as novas diretrizes do Ensino Médio**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jun. 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2025.

CALLAI, S. **O ensino de Geografia no contexto da reforma do Ensino Médio**. São Paulo: EdUSP, 2005.

CALLAI, Helena Copetti. A geografia em sala de aula. In: CASTELLAR, Sonia (Org.). **Educação Geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 37–55.

CASTELLAR, Maria Aparecida. **Educação e currículo: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2010.

CASTELLAR, Sonia. **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2010.

CAVALCANTI, Fábio; CARVALHO, Celso do Prado Ferraz. O Novo Ensino Médio no Estado de São Paulo: A flexibilização como meio de instrumentalização e adequação do currículo. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v.6, n.12, 2023. DOI:10.13037/rea-e.vol6n12.7885. Acesso em: 20 abr. 2025.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 2002.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2018a.

GENTILI, Pablo. **Educação e neoliberalismo: políticas e ideologias contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2018b.

MENEZES, Ana Paula. **A BNCC e o ensino de geografia: tensões e perspectivas**. [S.l.: s.n.], 2020.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2000.

NEVES, Pedro. Estudantes levam campanha por revogação do Novo Ensino Médio às ruas de Porto Alegre. **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 16 mar. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/16/estudantes-levam-campanha-por-revogacao-do-novo-ensino-medio-as-ruas-de-porto-alegre>. Acesso em: 20 agosto, 2025.

PELLANDA, Andressa. Por que o Novo Ensino Médio é alvo de protestos? **Deutsche Welle Brasil**, 21 mar. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2023/03/21/por-que-o-novo-ensino-medio-e-alvo-de-protestos.htm>. Acesso em: 20 agosto, 2025.

SILVA, Iolando Castro; PORTELA, Mugiany Oliveira Brito. BNCC: o ensino de geografia e a linguagem cartográfica. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 30, p. 232–257, 2021. Acesso em: 20 abr. 2025.

VESENTINI, José William. **Sociedade & Espaço: Geografia Geral e do Brasil**.  
5. ed. São Paulo: Ática, 2008.